

N. F. Nº - 281317.0602/22-6
NOTIFICADO - ATACADÃO DO PAPEL LTDA
NOTIFICANTE – JONEY CESAR LORDELLO DA SILVA
ORIGEM - - DAT METRO/IFMT METRO
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 15/03/2023

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0031-03/23NF-VD**

EMENTA: ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO POR CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Contribuinte comprova que é beneficiário do Termo de Acordo 7.799/00 que reduz a carga tributária para 10,59% e que recolheu o ICMS da antecipação parcial antes da ação fiscal. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 10/08/2022, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 15.956,75, multa de 60% no valor de R\$ 9.574,05, perfazendo um total de R\$ 25.530,80, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 54.05.08** - Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: i) Termo de Ocorrência Fiscal nº 0998831376/22-6 (fls.3/4); ii) cópia dos DANFES 83191; 83202; 95318 e 29703 (fls. 6/11) iii) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl.17/18); IV) cópia dos DACTE 2107; 2082; 2083 e 2115 (fls. 12/15).

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogado com anexos, às fls. 25/41.

Inicia sua defesa falando da tempestividade da impugnação administrativa, para em seguida fazer uma sucinta descrição da infração.

Inicialmente, requer que doravante, sob pena de nulidade, todas as intimações e notificações relativas ao feito sejam encaminhadas aos profissionais regularmente constituídos, legítimos representantes legais da Notificada na ação administrativa que ora se instaura.

Diz que a Notificada calculou e pagou corretamente os valores pertinentes aos DANFE’S listados no demonstrativo de débito da Notificação (83191, 83202, 95318 e 29703) conforme comprovantes e demonstrativo, anexos, antes da ocorrência e do lançamento de ofício, ou seja, entre os dias 02 e 04, de agosto de 2022. De logo deve ser registrado que a apuração da base de cálculo foi realizada com ofensa ao art. 23, inciso III, da Lei nº 7.014/96, na medida em que incluiu parcelas pertinentes a “MVA”, o que não encontra amparo no dispositivo citado. O “valor da operação”, ou seja, o montante total da NF é a importância prevista em lei para fins do pagamento da antecipação parcial.

Observa que a Notificada, conforme pode ser auferido no sistema da SEFAZ/BA, é beneficiária de “regime especial”, previsto no Decreto nº 7.799/00, o que lhe impõe carga tributária de 10,59%. Assim sendo, de acordo com o previsto no art. 268, § 3º, do RICMS/BA, a redução de base de cálculo deve ser considerada, como já decidido pelo CONSEF em situações similares. (copia como

referência as ementas do Acórdão JJF 0213-03/19 e Acórdão JJF 0215-05/16 e o art. 268, § 3º do RICMS/BA).

Afirma que, em decorrência da carga tributária interna, os valores devidos foram levantados corretamente pela Notificada, de acordo com o demonstrativo que segue anexo.

Ante o exposto e comprovado, protesta pela improcedência da Notificação.

Não consta Informação Fiscal no processo.

É o relatório.

Participou da sessão de Julgamento do dia 13.02.2023 da 3ª Junta de Julgamento Fiscal, a representante do Notificado a Dra. Adriana Ribeiro Santana OAB/BA 65.371 que apenas acompanhou o julgamento, sem apresentar sustentação oral.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes nos DANFE'S 83191; 83202; 95318 e 29703, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal, com o valor histórico de R\$ R\$ 15.956,75.

Decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização, sem o pagamento da antecipação parcial estabelecido no artigo 12-A da Lei 7.014/96, antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido nos incisos III e IV, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

Art. 332. *O recolhimento do ICMS será feito:*

....

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

Na defesa o impugnante solicita a improcedência da Notificação Fiscal por considerar que: 1) Calculou e pagou corretamente os valores pertinentes aos DANFE'S listados no demonstrativo de débito da Notificação, antes da ocorrência e do lançamento de ofício entre os dias 02 e 04 de agosto de 2022; 2) Sendo beneficiária de “regime especial” previsto no Decreto 7.799/00 que lhe impõe carga tributária de 10,59%, calculou o imposto a pagar utilizando esse benefício e 3) considera que a apuração da base de cálculo foi realizada com ofensa ao art.23, inciso III, da Lei 7.014/96, ao incluir parcelas pertinentes a “MVA” aumentando indevidamente o montante do imposto a cobrar.

Em consulta ao sistema da SEFAZ INC- Informações do Contribuinte/Processos Tributários da inscrição estadual nº 064.751.687, constato que o contribuinte possui ativo o benefício fiscal em razão do Termo de Acordo concedido pela SEFAZ referente ao Decreto nº 7799/00, Parecer 2730/2022- Art. 1º e 2º - redução na base cálculo nas saídas internas e crédito presumido nas saídas interestaduais.

Sendo o contribuinte beneficiário do Termo de Acordo nº 7.799/00, tendo uma carga tributária de 10,59% nas transações comerciais no mercado interno, o art. 268, § 3º do RICMS/BA determina que o pagamento da antecipação parcial não pode ultrapassar a carga tributária estabelecida no Termo de Acordo que o sujeito passivo tem direito.

Na análise da planilha de cálculo elaborada pelo Notificante, verifico que além não ter sido considerado que o Notificado é beneficiário do Termo de Acordo citado, incluiu indevidamente MVA em dois cálculos, desta forma, refazendo os cálculos da planilha o valor de ICMS referente a cobrança da antecipação parcial dos referidos DANFE'S, passa do valor original de R\$ 15.956,75 para R\$ 7.255,63.

Na sua defesa o Contribuinte também alega que já pagou o ICMS da antecipação parcial, antes da ação fiscal, apresentando cópias dos DAE'S para comprovar esse pagamento, que passaremos a analisar:

- 1) DAE 2119619507- Código de Receita 2175-ICMS Antecipação Parcial, Data do Vencimento 02.08.2022, Valor pago R\$ 4.862,45. Apresentou uma planilha com a relação das Notas Fiscais que compõem o valor do DAE, onde consta a Nota Fiscal nº 95318 com o valor de R\$ 3.764,16.
- 2) DAE 2119659217- Código de Receita 2175-ICMS Antecipação Parcial, Data do Vencimento 03.08.2022, Valor pago R\$ 9.324,60. Apresentou uma planilha com a relação das Notas Fiscais que compõem o valor do DAE, onde consta a Nota Fiscal nº 83191 com o valor de R\$ 2.274,29.
- 3) DAE 2119704110- Código de Receita 2175-ICMS Antecipação Parcial, Data do Vencimento 04.08.2022, Valor pago R\$ 11.079,37. Apresentou uma planilha com a relação das Notas Fiscais que compõem o valor do DAE, onde constam as Notas Fiscais nº 83202 e 29.703 com o valor de R\$ 1.217,18.

Como está devidamente comprovado, o Notificado recolheu o valor total de R\$ 7.255,63, referente ao ICMS antecipação parcial das Notas Fiscais relacionadas na Notificação Fiscal. Desse modo, entendo que o contribuinte não tem mais nada a recolher a título de ICMS antecipação parcial, das Notas Fiscais constantes nesse processo.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº **281317.0602/22-6**, lavrada contra **ATACADÃO DO PAPEL LTDA**.

Sala virtual das sessões do CONSEF, 13 de fevereiro de 2023

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR